

Paul Mattick e o Comunismo de Conselhos*

Cláudio Pozzoli

Estas páginas não pretendem ser uma análise e interpretação exaustiva do “Comunismo de Conselhos”, nem é seu objetivo situar a figura de Paul Mattick dentro do contexto da atual discussão acerca das mudanças estruturais do capitalismo e os limites da “economia mista”. Trata-se sobretudo de alguns apontamentos, cujo objetivo consiste em apresentar a corrente teórico-política do Comunismo de Conselhos como distinta ao que comumente se chama comunismo de esquerda e, ao mesmo tempo, dar algumas indicações e propostas interpretativas sobre a atividade de Paul Mattick enquanto representante de relevo desta corrente.

Ainda que a discussão sobre as teorias econômicas de Paul Mattick estejam ocorrendo também em Itália – e que tenham sido traduzidos alguns escritos de outros representantes do comunismo conselhistas, como por exemplo Pannekoek e Korsch – pouco se sabe a respeito do contexto comum no qual os teóricos dos conselhos trabalharam. Os limites históricos de um movimento operário decididamente em crise à escala mundial podem mais facilmente identificar-se através de uma redescoberta crítica daqueles expoentes que melhor representam a consciência das dificuldades deste movimento. As páginas seguintes pretendem ser uma contribuição neste sentido.

O Comunismo de Conselhos

Enquanto o conceito “comunismo de esquerda” (Linkskommunismus)¹ atualmente é parte da historiografia do movimento operário – ainda que com

* Tradução de Lucas Maia.

¹ A expressão “esquerdismo” é utilizada para qualificar esta esquerda que se opôs durante todo o século XX ao bolchevismo e à socialdemocracia. O termo esquerdismo foi empregado inicialmente por Lenin em seu panfleto *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. Lenin utiliza a expressão esquerdismo, de modo pejorativo, para desqualificar todo um conjunto de autores e militantes que se opunham à política do Partido Comunista Russo. Dentre eles, pode-se citar: Amadeu Bordiga, Silvia Pankurst, Herman Gorter, Anton Pannekoek etc. Estes dois últimos irão compor, posteriormente, a corrente

articulações distintas segundo os autores – o “comunismo de conselhos” (Rätekommunismus) constitui uma corrente quase desconhecida para a historiografia oficial; no melhor dos casos, é considerado como uma variante secundária do primeiro.

Na realidade, o comunismo de conselhos nasce em finais dos anos 1920^A na Holanda a partir das pegadas deixadas pela fracassada experiência do comunismo de esquerda. As concepções do comunismo conselhistas formam-se através da reflexão a respeito dos acontecimentos da revolução russa com suas derivações estatais, levando a cabo um processo de autoliberação dos elementos que caracterizam a tradição leninista, todavia constitutivos para o *Linkskommunismus*. O comunismo de conselhos, retomando uma corrente específica antileninista no interior do comunismo de esquerda, define-se como antibolchevismo tão somente como forma de autofenição prática frente ao “leninismo” durante os anos de 1920.

O comunismo de esquerda resulta de uma debilidade estrutural do movimento revolucionário alemão e é o produto de um período de repressão no desenvolvimento contraditório do referido movimento. Os comunistas conselhistas constituem o produto último do fracasso da revolução europeia e, ao mesmo tempo, um elemento de crítica frente ao movimento operário tradicional durante uma longa fase contrarrevolucionária.

Na Alemanha, o comunismo de esquerda apresenta-se como maioria no congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (KPD), sustentando, contra Rosa Luxemburgo, o abstencionismo e o antiparlamentarismo. Trata-se de uma das correntes do comunismo ocidental, que Lenin definirá como “doença infantil”. Já em outubro de 1919, no congresso de Heidelberg dos comunistas alemães, a maioria da esquerda é expulsa do KPD. Esta ruptura foi precedida, por parte da esquerda, por campanhas contra o movimento sindical e a favor das organizações de base nas fábricas e dos conselhos operários. Em abril do ano seguinte constitui-se o Partido Comunista

teórico-política conhecida como “comunismo de conselhos”, da qual Paul Mattick é uma dos nomes mais eminentes. (Nota do Tradutor).

^A Esta afirmação é equivocada, pois os elementos essenciais do comunismo de conselhos já haviam sido constituídos no início dessa década, apesar de ainda não estarem suficientemente desenvolvidos em alguns aspectos^{A1}. (RMA).

^{A1} Cf. VIANA, Nildo. Notas Sobre a História e Significado do Comunismo de Conselhos. *Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 04, jul./dez. de 2015. (RMA).

Operário Alemão (KAPD) e as organizações revolucionárias de fábrica – nascidas nos anos precedentes durante as greves espontâneas de caráter antissindical – organizando-se na União Geral Operária Alemã (AAUD).

De ambas as organizações, somente a AAU² pode definir-se como de tipo verdadeiramente novo. Em fins de 1920, antes de seu declínio, a AAU contava com aproximadamente 300.000 filiados. Com a fundação paralela do KAPD, de caráter puramente político, nasce no interior dos unionistas da AAU profundas divergências. Se, por um lado, estes estão unanimemente de acordo em impedir no interior da organização de massa (cujo trabalho seria o de organizar todo o proletariado) a formação de “grupos dirigentes” e de burocracias que necessariamente se tornariam independentes da base, por outro lado, encontram-se divididos no que diz respeito ao problema das relações com o KAPD e sobre a oportunidade ou necessidade de aceitar ao seu lado uma organização política separada, com objetivos distintos da AAU.

Uma minoria da AAU, contrária à colaboração com o KAPD e à “dupla organização”, separa-se e funda AAU-*Einheitsorganisation* (organização unitária). O principal inspirador da nova AAU-E é Otto Rühle, cujas teorias adquirirão uma importância decisiva para o comunismo conselhistas. Segundo os unionistas da AAU-E, “die Revolution ist keine Parteisache” (“a revolução não é uma tarefa de partido”), a organização única do proletariado deve ter ao mesmo tempo objetivos econômicos e políticos; estatutos e maquinaria burocrática são supérfluos; e, se o proletariado não se encontra maduro para tomar decisões e atuar autonomamente no curso das próprias lutas, isto não significa que estas tarefas devam ser delegadas a um partido. A “dupla organização”, inclusive a da AAU e do KAPD, não é mais que uma repetição do esquema organizativo tradicional: partido e sindicatos separados e com uma rígida divisão de tarefas.

Se para o KAPD era necessário o partido político revolucionário^B, não considerava superada, de qualquer forma, a organização das massas. Contudo, o partido

² AAU – União Geral Operária, na sigla em alemão.

^B Deixando claro que “não se trata de um partido político propriamente dito”, tal como coloca o próprio Rühle, que foi integrante das duas formas originais de organização (AAU e KAPD). A fundação do KAPD não gerou, como afirma o autor no parágrafo anterior, “profundas divergências” na AAU, pois

deveria ser de “quadros”, ou seja, baseado muito mais na “qualidade” do que na “quantidade” de filiados. São necessários “quadros revolucionários” com o objetivo de atuar no interior das massas, de formá-las e servir de catalisador de suas ações. A tarefa de organizar as próprias massas nas fábricas, nos locais de produção, pertencia a AAU. Esta devia combater o sindicato tradicional e rechaçar sua influência sobre a classe operária, e lutar, finalmente, pela transformação das organizações de fábrica em conselhos operários controlados diretamente pela totalidade da classe. A “ditadura do proletariado” não seria mais que uma AAU estendida a todas as fábricas.

Com a derrota das ações revolucionárias de 1921 e 1923, os comunistas de esquerda veem suas organizações diminuir cada vez mais o número de adeptos. As “vanguardas” operárias encontram-se frustradas e/ou voltam às organizações tradicionais.

Em um ensaio de 1945, Paul Mattick escreve que todos os grupos revolucionários à esquerda do Partido Comunista passaram primeiramente por uma estagnação e em seguida por sua decomposição.

“De nada servia que estes grupos possuíssem uma linha política justa e o Partido Comunista a “equivocada”, já que não se tratava de estratégia revolucionária. O que sucedia era que o capitalismo mundial atuava em seu processo de estabilização livrando-se dos elementos proletários que haviam tentado afirmar-se politicamente nos anos da guerra e da derrota militar e que agora incomodavam o processo de estabilização”.

Depois de 1924, o movimento organizado do “comunismo de esquerda” deixa de representar um fator político de relevo no interior do movimento operário alemão. Inclusive os grupos que na segunda metade dos anos vinte ficaram à esquerda do Partido Comunista, não lograram assumir uma dimensão política. Mattick escrevia: “Ainda que continuassem existindo, de um ponto de vista organizativo, até princípios da ditadura de Hitler, os grupos de extrema esquerda não eram então nada mais que clubes de discussão que tentavam compreender os próprios erros e os da revolução alemã”. E mais adiante, pode-se ler: “a necessidade de limitar a ação à preparação teórica

isso ocorre posteriormente, quando Rühle é expulso do KAPD, devido a problema que envolvia a Rússia e a Internacional Comunista^{B1}.

^{B1} Cf. VIANA, Nildo. Notas Sobre a História e Significado do Comunismo de Conselhos. *Marxismo e Autogestão*. Ano 02, num. 04, jul./dez. de 2015. (RMA).

converte-se em uma virtude: desenvolver a consciência de classe dos operários passou a ser a tarefa revolucionária mais essencial”.

O comunismo de conselhos nasce da desintegração destas organizações na Alemanha e das reflexões de grupos similares em outros países^C.

Na Holanda é fundado já em 1926 o primeiro grupo de comunistas conselhistas GIC (*Groep van Internationale Communisten*), nascido de uma cisão do Partido Comunista Operário Holandês – organização paralela ao KAPD alemão. Na França, Bélgica e outros países formam-se grupos similares ao longo dos anos trinta. Nos Estados Unidos os comunistas de conselhos, dos quais Paul Mattick foi um dos primeiros animadores, atuaram primeiro no interior dos *Industrial Workers of the World* (IWW), que ao final dos anos vinte não contavam com mais de 20.000 filiados. Depois de uma cisão do minúsculo *Proletarian Party of America*, de origem leninista, fundaram o *United Workers' Party*, grupo que deu vida á revista *International Council Correspondence*. Não obstante, muito rapidamente assumiram o nome de *Council Communists*. Antes do New Deal, os comunistas conselhistas americanos participaram ativamente, sobretudo em Chicago, no movimento de desempregados, um dos movimentos mais radicais surgidos após a crise de 1929.

Na Alemanha, o primeiro grupo de comunistas conselhistas, forma-se em 1931 com a reunificação da AAU e da AAU-E, grupos que haviam se tornado numericamente irrelevantes. A KAU – *União Operária Comunista*, não se colocou mais aqueles problemas organizativos que ocasionaram divisões e cisões dentro do comunismo de esquerda. Os novos unionistas definem-se como um grupo cujo objetivo é o de fazer propaganda comunista, defendem uma luta autônoma da classe operária contra “os capitalistas e as velhas organizações do movimento operário”. O instrumento de classe, considerado por eles como o mais válido nesta luta, é a greve selvagem.

^C Afirmção equivocada, como colocamos na nota A. A razão do equívoco reside numa interpretação verbalista da história, tal como apontado por Labriola^{C1} ao tratar dos intérpretes de Marx, segundo a qual as palavras são tidas como suficientes para a compreensão das relações sociais concretas. Pozzoli pensa que o comunismo de conselhos surgiu quando os grupos passaram a se autodenominar assim. O nome cria a coisa, nessa concepção idealista (RMA).

^{C1} Cf. LABRIOLA, Antonio. *La Concepción Materialista de la Historia*. Madrid: Editorial 7, 1979.

Em um artigo de 1939 dedicado aos “Grupos de Comunistas Conselhistas” desde a crise de 1929 em diante, Paul Mattick escreve: “Estes grupos são marxistas, já que não elaboraram uma ciência social de nível superior à de Marx e porque os princípios marxistas da pesquisa científica são, ainda, os mais realistas e os mais capazes de assumir as novas experiências que resultam do contínuo desenvolvimento capitalista. O marxismo não é concebido por eles como um sistema fechado, mas sim como um nível concreto de uma ciência social em vias de desenvolvimento, a qual pode servir como teoria da prática da luta de classe dos operários”. Segundo Mattick, os comunistas de conselhos são conscientes de ser simples grupos de propaganda, já que a crítica e a propaganda “são as únicas atividades práticas possíveis hoje e sua esterilidade constitui somente o reflexo de uma situação claramente não revolucionária”. Estes se encontram “em grau de sugerir as linhas necessárias de ação, porém são incapazes de levá-las a cabo no interesse da classe. Isto deve fazer a classe por si mesma”. Em cada ocasião, “estes tentam favorecer a iniciativa e a ação autônoma dos operários, participando o máximo possível nas ações operárias de massa, sem um programa autônomo em relação ao dos operários, cuja participação direta em todas as decisões intencionam favorecer ao máximo”.

Teoria Conselhistas

Nascidos após a tentativa fracassada de renovação do movimento operário tradicional e enquanto expressão e generalização teórica de uma experiência com o movimento dos conselhos operários, atualmente desacreditados pelo retrocesso de caráter contrarrevolucionário, os grupos dos comunistas conselhistas são considerados, sobretudo, por sua contribuição teórica e crítica, pressuposto de seu trabalho político puramente propagandístico.

O período intelectualmente mais produtivo dos grupos conselhistas abarca o espaço de tempo compreendido entre a crise econômica mundial de 1929 e a Segunda Guerra Mundial e coincide com a bancarrota política e teórica do movimento operário tradicional, tanto social-democrata quanto comunista. Os temas fundamentais das contribuições destes grupos são a teoria dos conselhos operários – definida depois com

mais propriedade como teoria da autonomia proletária^D –, a crítica ao movimento operário institucionalizado e à experiência bolchevique depois da revolução russa e, finalmente, a concepção de um modelo alternativo de sociedade comunista.

O movimento dos conselhos não foi consequência das teorias revolucionárias: surge da proliferação de organizações de base espontâneas, nascidas como consequência de exigências organizativas da classe operária. Para os comunistas de conselhos, este movimento demonstra que para as ações de massa não são necessárias formas organizativas pré-existentes. A breve vida do movimento dos conselhos constituiu um dos tantos episódios que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, porém, ainda não consciente de suas possibilidades e potencialidades e por isto mesmo incoerente, o movimento conselhistas constituiu a primeira manifestação em ampla escala da possível emancipação da classe operária. Isto não significa, para os conselhistas, que a auto-organização da revolução, com base nos conselhos operários, constitua por si mesma a garantia de que a política e ação destas organizações respondam às necessidades reais do proletariado. Se isto não sucedesse, dizem eles, os conselhos estariam destinados a desaparecer ou a autoeliminar-se. Os conselhistas afirmam unicamente que o movimento dos conselhos, tal como historicamente se apresentou, demonstrou a capacidade dos operários para iniciar autonomamente uma ação revolucionária e dar-lhe as formas organizativas necessárias.

Segundo Anton Pannekoek, o astrônomo holandês que foi um dos principais teóricos do comunismo conselhistas, é possível prever que os conselhos operários – princípio organizativo “natural” da classe operária – constituirão o organismo decisivo no desenvolvimento e continuidade do processo revolucionário. Em um livro dedicado aos conselhos e publicado pela primeira vez em holandês em 1946, Pannekoek escrevia:

“Os conselhos operários unificarão as ações, articulando as ideias, estratégias e métodos; das assembleias de fábricas sairão as decisões e propostas, e os estímulos para a luta serão delas recolhidos e discutidos nos conselhos operários. Se todo o movimento crescer até o ponto de paralisar os órgãos estatais, serão eles [os conselhos] que deverão assumir sobre si as funções políticas”. Conforme a revolução se desenvolva, o

^D Aqui Pozzoli comete outro equívoco, que é confundir o comunismo de conselhos com o autonomismo que lhe é posterior, assumindo várias formas, especialmente na Itália, Portugal e Estados Unidos (RMA).

trabalho dos conselhos será cada vez mais amplo: “*automaticamente serão eles os organismos que deverão preocupar-se em organizar a produção*”.

Em sua concepção do processo revolucionário, os comunistas de conselhos remeteram-se à análise do movimento operário tradicional típico do *Linkskommunismus*. O que lhes distingue em relação à experiência da esquerda é a intenção de superar criticamente a concepção de partido. Em um de seus principais escritos holandeses, “*O desenvolvimento de um novo movimento operário*”, publicado anonimamente em 1935 na revista *Rätekorrespondenz*, escrito, porém, por Henk Canne Meijer, o autor defende a tese de que a revolução é um processo extremamente complexo, porém que o comunismo, a “democracia operária”, começa já, hoje; quer dizer que a nova sociedade nasce da negação da velha sociedade. A partir desta atitude de fundo, os conselhistas deduzem um elemento de sua crítica às organizações operárias tradicionais: estas levam em si o *gérmen* de um novo estado opressivo; sua estrutura, sua forma de fazer política, não as distingue das demais organizações burguesas. Mais tarde, com a Primeira Guerra Mundial, ficou claro que o movimento operário constituía somente uma das correntes da sociedade burguesa: as organizações operárias tradicionais dos países beligerantes demonstraram não ter nem os meios, nem a intenção de combater o capitalismo, seu único interesse era manter-se viva e prosperar dentro da estrutura capitalista.

“*O socialismo*”, escrevia Paul Mattick em 1939, “*não constituiu nunca o objetivo do velho movimento operário, mas tão somente um simples termo que escondia um objetivo completamente distinto do declarado: a conquista do poder político como instrumento para a participação no excedente criado em uma sociedade baseada na divisão entre classes dominantes e classe dominadas. Este era o fim que por sua vez determinava os meios*”.

Portanto, não se pode esperar um renascimento do velho movimento operário. Um movimento de trabalhadores que queira considerar-se verdadeiramente novo deverá destruir justamente aqueles aspectos que eram considerados a força do velho movimento e precisamente porque em sua essência, a história do velho movimento operário não seria mais que a história do mercado capitalista afrontado “*de um ponto de vista proletário*”. Um renascimento do verdadeiro movimento dos trabalhadores é, pois, para o comunismo de conselhos, somente concebível como superação da autolimitação

dos partidos e sindicatos tradicionais e como rebelião das massas contra suas organizações.

A crítica ao “velho movimento operário” não compreendia somente a social-democracia, mas também os partidos que reivindicavam o leninismo. Em seu ensaio sobre os pressupostos filosóficos da teoria de Lênin, Anton Pannekoek escrevia em 1938:

“Naturalmente Lenin é um discípulo de Marx, no sentido de que suas concepções mais importantes, sem as quais não podia levar a cabo a luta na Rússia, são extraídas da obra de Marx, somente na mesma medida e por motivos análogos os social-democratas também são discípulos de Marx”.

Ao remeter-se ao leninismo, ou seja, ao modelo russo de “construção do socialismo”, os partidos comunistas não podiam representar uma verdadeira alternativa à social-democracia ocidental. Para os conselhistas, a revolução bolchevique, cujo caráter ambíguo escondia uma tarefa histórica predominantemente burguesa, instaurou um “socialismo de estado” ou “capitalismo de estado”, que na tem a ver com o verdadeiro socialismo.

As dificuldades específicas de um país dominado pelo absolutismo czarista e extraordinariamente atrasado tornaram impossível um comunismo no interior da estrutura mundial do capitalismo: somente uma situação revolucionária em nível nacional, com um processo revolucionário nos países hegemônicos do sistema capitalista, permitiria uma passagem direta das condições semifeudais ao socialismo. E, mais ainda, os comunistas de conselhos estão convencidos de que justamente no atraso da economia russa reside o segredo do êxito bolchevique e a criação do capitalismo de estado: sem esta condição de atraso, estes seriam inconcebíveis.

As “*Teses sobre o bolchevismo*”, escritas por Helmut Wagner, porém publicadas de forma anônima no terceiro número da *Rätekorrespondenz* em 1934, retomam a análise da experiência bolchevique levada a cabo pelos comunistas de esquerda e em seguida pelos conselhistas. O “jacobinismo” dos bolcheviques, sua teoria e estrutura organizativa estavam em consonância com a tarefa histórica que se colocava a este “partido dirigente da *intelligentsia* pequeno-burguesa revolucionária”, ou seja:

levar a cabo uma revolução burguesa não só sem, mas inclusive contra a burguesia, unindo a revolução burguesa-camponesa à proletária dos operários industriais.

Os bolcheviques, portanto, lograram manter-se no poder contrapondo sistematicamente os interesses da classe operária aos do campesinato e vice-versa. Dentro deste contexto, os *soviets* degeneraram em instrumento da política bolchevique e foram abandonados no momento em que não serviam mais aos interesses dos dirigentes. A debilidade das distintas classes tornou possível e inevitável a existência de uma burocracia governamental, a qual através de uma hábil ascensão e equilíbrio dos distintos interesses, pode aumentar sua autonomia. Esta burocracia que detém o poder constitui, portanto, a nova classe que substituiu, no sistema do capitalismo de estado, a burguesia^E. Em consequência, pode-se ler nas *Teses*, “o bolchevismo não só é inútil como direção para a política revolucionária do proletariado internacional, como também constitui um de seus mais graves e perigosos obstáculos”.

O primeiro trabalho coletivo que os conselhistas holandeses apresentaram em 1930, encontra-se estreitamente relacionado com a análise crítica da experiência bolchevique. *Os Princípios Fundamentais da Produção e Distribuição Comunistas* continua sendo um dos textos mais originais da corrente conselhista. Com relação às características da futura sociedade comunista, tanto Marx como seus herdeiros teóricos haviam se recusado a tomar posições concretas. Muito pouco se havia dito sobre a estrutura econômica da nova sociedade, inclusive para evitar o retorno a posicionamentos e concepções utópicas, e o desenvolvimento mesmo do capitalismo não permitia considerações detalhadas sobre a estrutura do futuro socialismo. Após a revolução de 1917, os teóricos se encontraram frente à necessidade concreta de resolver este problema. Não obstante, na União Soviética não se quis, nem se podia introduzir um método de cálculo para a regulação da vida econômica que tornasse possível um

^E Essa é uma abordagem equivocada, pois a abolição da burguesia significa, fatalmente, abolição do proletariado e das relações de produção capitalistas, ou seja, do capitalismo. Como se trata de um capitalismo estatal, então a burguesia e o proletariado, as relações de produção capitalistas, continua existindo, sob uma forma específica e distinta do capitalismo privado. O que ocorreu, efetivamente, é que a burocracia partidária (bolchevique) se fundiu com a burocracia estatal anteriormente existente (czarista) e atraiu setores da intelectualidade e burguesia, formando uma burguesia de estado, que drena o mais-valor produzido pelo proletariado, redistribuindo-o de acordo com seus interesses e gerindo a acumulação de capital e o aparato estatal (RMA).

processo de desenvolvimento conscientemente controlado pelas massas e que substituísse a economia baseada no dinheiro e na troca.

Com o desaparecimento do dinheiro e do mercado – esta é a tese dos comunistas de conselhos – permanece, na sociedade futura, o problema da necessidade de um cálculo econômico-social: para a regulação social da produção e distribuição é indispensável uma norma geral e uma unidade de medida. Já que do “ponto de vista da sociedade” existe somente a produtividade social média, os conselhistas holandeses consideram como base e medida da economia comunista o tempo de trabalho socialmente necessário contido nos produtos. Esta unidade de medida tem como objetivo regular a produção e distribuição através de uma contabilidade social, de caráter puramente técnico, inteiramente controlada a partir de baixo^F.

O modelo de sociedade comunista esboçado pelo grupo holandês (GIC), nos *Princípios Fundamentais de Produção e Distribuição Comunistas*, ainda que não assuma, todavia, o tom – característico de certos escritos posteriores – de quem já se resignou, segue sendo, contudo, um texto típico de um período de regressão do movimento. Também aqui, como em outros temas, um dos modelos possíveis (o tempo de trabalho social médio como base da produção e distribuição) é o proposto como o único adequado à sociedade comunista. Aquilo que no período de luta poderia ser uma hipótese a ser verificada cotidianamente, converteu-se na fase que se segue à derrota do movimento na única via praticável, inclusive, justamente, porque esta “praticabilidade” é somente teórica.

Ainda que se suas previsões a respeito da potencialidade revolucionária do proletariado fossem frequentemente errôneas, em sua análise do desenvolvimento do capitalismo e do movimento operário institucionalizado, os conselhistas tiveram frequentemente razão. O declínio definitivo dos grupos de comunistas de conselho se

^F Aqui se reproduz o problema de usar termos e processos da sociedade capitalista para pensar a sociedade autogerida. É visível nessa concepção a permanência da divisão social do trabalho e dos mecanismos capitalistas de distribuição e até mesmo o cálculo mercantil, mesmo não havendo mercado, o que é, além de tudo, uma contradição. A novidade é ser “controlada a partir de baixo”, o que justifica a crítica dos bordiguistas e outros, ao colocar como sendo um “capitalismo autogerido”. No entanto, essa é uma interpretação equivocada dos bordiguistas, o que não abole os equívocos dos integrantes do Grupo Comunista Internacionalista da Holanda, e que não pode ser generalizado a todos os comunistas de conselhos (RMA).

encontra unido à consideração errônea do que sucederia depois da Segunda Guerra Mundial. O proletariado deveria ter feito renascer o movimento conselhistas como única arma verdadeiramente revolucionária. Foi a frustração desta expectativa pelos fatos concretos dos primeiros anos do pós-guerra que levou o comunismo de conselhos a não produzir nada de novo e a permanecer relegado como um fenômeno marginal de entreguerras, e não o número limitado de seus representantes, nem sua capacidade organizativa^G. Esta corrente crítica pôde, todavia, contribuir com elementos interessantes a quem sabe buscá-los e certamente constitui um válido ponto de referência teórica para uma análise das contradições do capitalismo atual. Porém, isto só é válido se a toma pelo que ela efetivamente foi: uma análise da mudança autoritária e totalitária do capitalismo mundial e uma crítica permanente da degeneração do movimento operário institucionalizado; uma corrente teórica que, sem dúvida, não conseguiu superar os limites da própria experiência histórica e que, se continua existindo, é vivendo unicamente dos frutos que antes da guerra havia produzido.

Paul Mattick: Vida e Obra

Paul Mattick, nascido em 15 de março de 1904 em Berlin, começou a trabalhar na fábrica em 1918. Foi aprendiz na Siemens, onde permaneceu até 1921. Deste jovem fez parte de organizações juvenis da esquerda operária, primeiro na *Freie Sozialistische Jugend* dos espartaquistas e depois, após a cisão comunista em 1920, no *Rote Jugend* do KAPD, no tempo em que a Federação Juvenil Comunista do bairro berlinense de Charlottenburg passou inteiramente para o novo partido dos operários. Sobre a atividade de Mattick no movimento operário, pode-se dizer o que ele mesmo escreveu em 1945 a propósito de Otto Rühle, ou seja, que

“sua atividade esteve sempre limitada a seu trabalho dentro de minorias restritas, dentro e fora das organizações oficiais do movimento operário. Os grupos com os quais ele colaborou diretamente não tiveram nunca uma importância real. E inclusive no interior destes grupos sua posição era por completo especial; ele não logrou nunca, de fato, a identificar-se com nenhuma organização, já que não perdia nunca de vista – qualquer que fosse

^G Esta é uma explicação simplista e não-dialética do recuo do comunismo de conselhos. Sem dúvida, a desilusão foi uma das determinações desse processo, mas a instauração de um novo regime de acumulação, o conjugado, com sua política integracionista e relativa estabilidade política e financeira, gerou um recuo do movimento operário, sendo sua determinação fundamental, que, ao lado de diversas outras, incluindo os efeitos culturais desse processo, explica tal recuo em toda sua complexidade.

a estratégia política que de vez em quando adotava – os interesses gerais da classe operária. E não logrou nunca considerar as organizações como um fim, vendo nelas simplesmente meios para a constituição de relações sociais concretas e o pleno desenvolvimento do indivíduo”.

Membro ativo do Partido Comunista Operário da Alemanha (KAPD), Mattick abandonou Berlim em 1921. Mudou-se primeiramente para Hannover, trabalhou depois como eletricitista em Bremen e se estabeleceu, finalmente, em Colônia, onde começou a trabalhar como mecânico na Humboldt, de Deutz. 1923 foi um ano de inflação galopante, ao princípio do qual o Ruhr foi ocupado pelos franceses e belgas. Houve greves contra a ocupação estrangeira, apoiadas pelo governo alemão, porém a maior parte das lutas operárias ocorreram por causa das desastrosas condições de vida.

A crise econômico-social de 1923 e sua fracassada saída revolucionária influenciou profundamente na formação de toda uma geração do movimento operário alemão. O dólar, cujo valor em janeiro de 1923 era de uns 8.000 marcos, valia já 100.000 em princípios de junho e um milhão em finais do mesmo mês, para chegar finalmente a 20 milhões de marcos em princípio de setembro e 325 milhões em 20 de setembro. O preço de um ovo, por exemplo, havia passado de 300 marcos no início de fevereiro a 30.000 marcos em 8 de agosto. Esta crise foi uma das mais profundas nos países de capitalismo avançado. Suas características foram a miséria generalizada sobre um território altamente industrializado, o empobrecimento absoluto da quase totalidade da população, a queda dos privilégios e ideologias tradicionais da pequena burguesia, a difusão generalizada da especulação e da corrupção.

Consequências da decomposição social: a crise do movimento operário institucionalizado. O sindicalismo encontra-se completamente paralisado, os filiados se rebelam ou abandonam a organização. As organizações e burocracias que se baseiam no consenso, na disciplina e no dinheiro de seus filiados, vêm abaixo em pouco tempo. Falta dinheiro para os periódicos, congressos, viagens. Frente à incapacidade dos sindicatos e da social-democracia em fazer cumprir os acordos estabelecidos, os operários se revoltam contra suas organizações, que são acusadas de passividade e cumplicidade. Uma vez mais sai à luz a estreita relação entre prosperidade capitalista e a das organizações operárias tradicionais. A crise do capitalismo leva com ele a crise

das instituições, compreendidas aqui aquelas que se definem como operárias e que nasceram da luta do proletariado industrial.

Não é possível compreender por completo os escritos de Mattick se não se tem em conta o período histórico no qual ele fez sua “socialização política”. Em 1923, o Partido Comunista Operário da Alemanha (KAPD) não contava em colônia com mais de 25 membros. Os filiados à União Geral Operária da Alemanha (AAUD), pelo contrário, eram algumas centenas. Estes grupos não se encontravam certamente em situação de provocar ou dirigir greves. Contudo, participavam na luta econômica e política de forma muito ativa. Em 1923, a unidade de ação na base havia alcançado um dos pontos mais altos. As greves eram, em sua maioria, espontâneas e, entre os operários, as divergências políticas ficavam em segundo plano. Somente os representantes sindicais social-democratas tentavam, frequentemente, sobre instrução de seus dirigentes, frear a ação. As divergências entre os “extremistas” e os operários do KPD (Partido Comunista Alemão), pelo contrário, eram de origem externa às lutas cotidianas.

A truncada “revolução de outubro” alemã de 1923, mesmo que tenha significado o fim de um período revolucionário, não freou certamente as lutas operárias, que continuaram asperamente até princípios dos anos trinta com a tomada do poder pelos nazistas. Os grupos da esquerda comunista aos quais Mattick pertenceu, continuaram seu trabalho político, enfrentando-se, contudo, cada vez mais duramente contra o Partido Comunista Alemão (KPD). Rapidamente o Partido Comunista conseguiu hegemonizar a parte mais combativa da classe operária alemã em ruptura com a social-democracia, e os grupos de “extrema esquerda” se encontraram isolados à margem da vida política, ainda que sempre presentes na luta.

Mattick não viveu com plenitude o período de decadência dos grupos da esquerda comunista. Em 1926, emigrou para os Estados Unidos. Queria “ver o mundo” e a passagem gratuita que lhe deu um parente distante lhe permitiu partir para a América. Primeiro estabeleceu-se em Bento Harbor, Michigan, y mais tarde, no início de 1927, em Chicago, onde permaneceu quinze anos. Trabalhou como mecânico na Western Electric, que contava com mais de 50.000 operários. Durante os primeiros anos

de sua permanência nos Estados Unidos, Mattick movimentou-se, sobretudo, nos ambientes de imigrantes alemães. Segundo suas próprias palavras, naqueles anos, em Chicago, havia mais de cinco mil operários de língua alemã, entre os quais havia se desenvolvido um certo interesse político. O número de operários alemães com o qual realmente podia contar não superava os 500. O que havia restado do “movimento operário”, não só entre os imigrantes alemães, não se distinguia politicamente. Eram vagamente de esquerda ou frequentadores das ligas desportivas e organizações nas quais ocupavam o tempo livre, excursões ou coros, e publicavam seus respectivos periódicos. Mattick começou com um grupo de 12 alemães fundando um *Arbeiterbildungsverein*, associação cultural operária, que publicava uma revista mensal, organizava cursos, discussões, conferências e leituras coletivas de textos políticos. Desta associação, nasceu mais tarde o grupo político alemão que se reuniam em torno da redação da *Chikagoer Arbeiterzeitung*, que Mattick havia refundido.

O “Periódico dos Trabalhadores de Chicago” em língua alemã, o *Chikagoer Arbeiterzeitung*, foi fundado em 1876 pelo tipógrafo socialista Conrad Conzett. Saía três vezes por semana até 1879, momento a partir do qual converteu-se em diário. Este período legou seu nome à primeira luta em favor da jornada de trabalho de oito horas (primeiro de maio de 1886) e aos famosos “mártires de Chicago”, todos colaboradores ou redatores do periódico, acusados de ter lançado uma bomba contra a polícia e condenados à morte sob provas falsas. Depois do assassinato dos oito de Chicago, a direção do periódico passou às mãos de Joseph Dietzgen, o filósofo operário que de social-democrata converteu-se em anarcocomunista. Durante um certo tempo, o *Chikagoer Arbeiterzeitung* foi o único periódico anarquista que saía diariamente. Com o novo século e o período de prosperidade, o periódico assumiu uma linha mais moderada apoiando o movimento sindical. Durante a guerra mundial manteve posições internacionalistas e foi objeto de contínuas repressões. O *Chikagoer Arbeiterzeitung* seguiu sendo publicado semanalmente de 1919 a 1924, porém seu destino estava estreitamente ligado ao declínio do primeiro movimento operário americano, sufocado pela repressão e as ilusões de uma prosperidade capitalista, que deixaria de existir com o advento da crise mundial de 1929.

Assim, pois, não foi por acaso que Mattick renunciaria a dar vida a um novo periódico, preferindo recorrer à herança de um periódico que fora dos “mártires de Chicago” e de Dietzgen. A experiência do *Chikagoer Arbeiterzeitung* não durou muito. O período de tentativas organizativas e políticas limitadas a específicos grupos étnicos ou linguísticos terminou. O movimento massivo de desempregados havia alcançado um novo patamar do ponto de vista qualitativo, que ia além dos agrupamentos minoritários. Em finais de 1931, Mattick abandonou a tentativa de “C.H.A.Z”, para continuar seu próprio trabalho político no âmbito dos “Industrial Workers of the World” (IWW), com quem estava em contato desde sua chegada a Chicago, abandonando quase totalmente o idioma alemão.

No início dos anos 30, os IWW tinham perdido quase por completo a influência que exerceram sobre a classe operária nos Estados Unidos antes do período de prosperidade que se seguiu à Primeira Guerra Mundial. Em todos os Estados Unidos, os membros ativos não superavam os 20.000. Em Chicago, eram uns 500 e a última greve dirigida por eles foi a dos membros do Colorado, em 1927. A central de Chicago dos IWW publicava boletins e periódicos em seis idiomas, já que os filiados eram em boa parte imigrados recentes. O semanário *Solidarity*, em idioma inglês e outros periódicos como o *One Big Union*, continuaram saindo durante muitos anos, porém, os IWW desapareceram definitivamente como organização depois da lei *Taft-Hartley* de 1947, cujo objetivo era claramente antissindical e antioperário. Também dentro dos IWW, cuja concepção da luta poderia definir-se genericamente como similar à do sindicalismo revolucionário europeu, Paul Mattick assumiu uma oposição autônoma. Porém, mesmo que nos grupos conselhistas a discussão teórica estivesse muito desenvolvida, conforme a tradição do movimento operário alemão e europeu em geral, os IWW e seu ativismo não lhe concedia muito espaço. Por este motivo, Mattick teve possibilidade de definir sua própria posição sobretudo diante dos holandeses do GIC e outros grupos conselhistas; nos Estados Unidos, sua polêmica se dirigia contra intelectuais, como Sidney Hook ou grupos políticos de origem leninista, até mesmo porque, havia uma ausência completa de discussão interna dentro dos IWW.

Com a experiência da crise mundial de 1929, à qual, nos Estados Unidos, seguiu-se, primeiramente, o movimento dos desempregados e o New Deal depois, completa-se o período de formação política e teórica de Mattick. Coincidindo com a crise, Henryk Grossmann publicou em 1929 seu volume sobre a *Lei da acumulação e derrocada do sistema capitalista*. Sua leitura, que continua sendo uma das principais obras marxistas de economia, à luz dos fatos que se seguiram a 1929, influenciou de forma decisiva a interpretação de Mattick acerca do marxismo. A leitura de Marx através do trabalho de Grossmann se encontrará presente nos escritos de Mattick, inclusive os mais recentes; porém, como ponto de referência teórico para uma ação prática e autônoma da classe operária, a posição de Grossmann não estará presente nas obras de Mattick e seu grupo até a Segunda Guerra Mundial. No âmbito dos IWW, Mattick pôde facilmente introduzir a análise do desenvolvimento capitalista proposto por Grossmann (da qual encontramos provas em vários opúsculos de 33 a 35), enquanto que as posições “objetivistas” e “catastrofistas” que os espontaneístas conselhistas viam em Mattick, encontraram muitas resistências em Korsch e nos holandeses.

Somente a partir da interpretação de Marx fornecida por Grossman é possível compreender por completo as posições desenvolvidas por Mattick nos anos 60 sobre os limites da economia keynesiana e do novo tipo de contradições introduzidas pela intervenção do Estado no processo de desenvolvimento do capitalismo³.

Durante o movimento dos desempregados, as organizações tradicionais do movimento operário, partidos e sindicatos, entraram em crise. Sua consistência numérica e atração entre as massas, já pequena se comparada com o movimento operário europeu, desapareceram quase por completo frente ao movimento espontâneo criado pelo desemprego, durante os primeiros anos da crise. Só o New Deal, que no plano social logrou atenuar de modo decisivo as contradições e tensões explosivas causadas pela crise, trouxe à luz as organizações tradicionais e deu um impulso decisivo

³ Sobre o informe Mattick-Grossman, cf. O ensaio de Federico Hermanin, *Über einige Aspekte der Akkumulations -und Krisentheorie bei Grossmann und Mattick*, in *Hermanin-LauerSchürmann, Drei Beiträge zur Methode und Krisentheorie bei Marx*, com introdução de Gabriella M. Bonnacchi, a antologia de escritos dos conselhistas *Capitalismo e Fascismo versus a Guerra*, e, finalmente, o ensaio de Giacomo Marramao, *Teoria da Crise e Problemática da Constituição*, em *Crítica Marxista*, n. 2-3, mar/jun de 1975.

à recomposição e nova ascensão do movimento sindical; e isto, devido também ao fato de que estas organizações aceitaram e apoiaram plenamente a operação planejada por Roosevelt. A partir do New Deal, o sindicalismo americano, que com seu tipo de organização controlaria os núcleos decisivos da luta de classe operária, é um exemplo, livre de prejuízos ideológicos, da função do sindicato no capitalismo, estrutura de contrapoder cuja finalidade é a de consolidar o poder constituído.

Em uma longa entrevista de 7 de outubro de 1972, Paul Mattick reconstruiu brevemente, entre outras coisas, os anos que se seguiram à derrocada das ações em Wall Street:

“No início da crise de 29 existiu um período de calma relativa. Em geral, considerava-se justa a previsão de Hoover: a crise seria breve e seria seguida por um período de prosperidade. Nos Estados Unidos, durante este período, não havia nenhum tipo de seguridade social, nem sequer contra o desemprego; existiam somente algumas instituições de caridade para os “pobres”, porém, estas se ocupavam sobretudo dos velhos e crianças e não podiam assumir a responsabilidade de atender também os desempregados. Portanto, os desempregados se encontravam completamente perdidos, não se encontravam a salvo e não havia ninguém para ajudar-lhes. Ao cabo de um curto período de tempo, em 1930 e 1931, produziram-se manifestações massivas, sobretudo em frente às instituições de assistência aos pobres; houve enfrentamentos, atos desesperados e intervenções da polícia. Durante algumas destas grandes manifestações, a polícia disparou sobre a multidão, resultando em morte e alguns feridos. Após uma manifestação na qual a polícia havia disparado matando 12 pessoas, quase 2 milhões de pessoas se lançaram às ruas de Chicago. Frente a estas massas, a polícia não podia fazer nada. A cidade inteira estava bloqueada. Por toda a parte, havia policiais, porém os manifestantes eram tantos e cada policial se encontrava a tal ponto rodeado de manifestantes, que isto lhes impedia de usar as armas. Nas lojas abandonadas pelos comerciantes falidos, várias em cada rua, os habitantes organizavam reuniões e discussões. Tratava-se de um movimento completamente espontâneo que a princípio não tinha nome, nem órgãos através dos quais se expressar. Assim que, lentamente, nós tentamos organizar o movimento, fazendo propostas nas assembleias e distribuindo panfletos. Havia manifestações quase todo dia. Muitos se viam obrigados a abandonar suas próprias casas. Os donos das casas tentavam por meios legais, com a polícia e o judiciário, despejar os desempregados. Porém, apenas o mobiliário era jogado nas ruas e assim que a polícia saía, os imóveis eram novamente ocupados. Frequentemente a polícia voltava, causando enfrentamentos e mortes. Houve muitas ações de solidariedade espontânea. Com frequência, nosso grupo preparava refeições. Cozinhávamos coletivamente nos comércios vazios, depois de haver pego sem pagar todo o alimento, logo o distribuíamos entre os desempregados. Pela noite, coisa estranha, continuávamos nosso grupo de leitura de *O Capital*. Durante o ano em que eu dava cursos, os participantes aumentaram de 80 a 120. As atividades dos grupos políticos no interior do movimento variavam de cidade para cidade. Em Nova York, por exemplo, onde o Partido Comunista e os

socialistas eram bastante fortes, as assembleias fixavam resoluções para mandar a Washington através de distintas delegações. Tudo se dava da forma costumeira de fazer política. Pelo contrário, nós preferíamos a ação direta, preferíamos desviar os tubos de gás de modo que todos tivessem gás grátis ou iluminar as moradias com luz elétrica diretamente da iluminação pública. Nós começávamos com uma ação e outros grupos a continuavam, espontaneamente, por eles mesmos. A este nível de massas do movimento, a polícia preferia não intervir. Elegeu outra tática. Dois anos depois do início da crise, a miséria das massas havia chegado a tal ponto que, se a polícia tivesse continuado com as detenções e assassinatos, o povo teria explodido. E é precisamente nesta situação que começou a série de reformas de Roosevelt, os *public works*, a assistência aos desempregados. O governo se viu obrigado em 1933 a decidir neste sentido, pois se havia chegado a um ponto no qual um movimento decididamente revolucionário poderia tomar forma de uma hora para outra. Foi sintomático quando os combatentes da Primeira Guerra Mundial começaram a protestar: quando se radicalizam grupos deste tipo, em sua origem reacionários, significa que a tensão chegou ao seu cume”.

O grupo formado em torno de Paul Mattick, que mais tarde – sempre em estreito contato com os IWW – não contaria com mais do que noventa operários, incluindo os que haviam se mudado de Buffalo e Nova York, mas que, mesmo assim, durante estes anos em Chicago, contava com mais de cem militantes ativos nos distintos bairros e nos conselhos de desempregados. Na fábrica na qual Mattick trabalhava, que em tempos de normalidade chegou a empregar 50.000 operário, o pessoal foi reduzido no ano de 1931 a 16.000 e no ano seguinte a 8.000. Desde 1931, também Mattick se encontrava desempregado e a partir deste ano o movimento não contará com mais apoios nas fábricas. Dada a situação econômica, paralisado o sindicalismo tradicional, aquela parte da classe operária que podia vangloriar-se do privilégio de trabalhar, não podia certamente permitir-se ao luxo de fazer greve. O grupo de Mattick lançou a público o primeiro órgão de imprensa do movimento de desempregados, o *Workers Alliance*, que propagava o modelo de organização conselhistas. Para os IWW, o princípio assembleísta e os comitês de ação autônomos não significava novidade, de modo que em Chicago o movimento espontâneo aceitou facilmente as teorias dos conselhistas, mesmo que em outras cidades a presença de organizações rigidamente “leninistas” tenham freado notavelmente a difusão de novos métodos de ação.

O “New Deal”, que, como qualquer outro meio defensivo do capitalismo, deu a impressão de uma ação consciente e planejada, porém, na realidade, foi somente uma resposta cega e desesperada de um sistema entre o muro e a espada de suas próprias

contradições, rapidamente conseguiu amenizar a agudização dos antagonismos sociais até a “solução” possibilitada pela Segunda Guerra Mundial. A intervenção da política de Estado na economia não foi o resultado de teorias mais ou menos “iluminadas” que lograram abrir caminho. Pelo contrário, algumas teorias, meramente existentes, passaram ao primeiro plano frente à necessidade do Estado burguês de intervir no campo econômico, com o fim de remediar as contradições mais visíveis que ameaçavam o sistema. Toda prática encontra sua teoria.

Em 1935, quando as disposições estatais contra o desemprego provaram sua eficácia, o movimento apagou-se, sufocado por dólares assistencialistas esbanjados pelo Estado. Mattick, que em 1934 havia fundado a revista *International Council Correspondence*, se estabeleceu como intelectual e obteve do “*Writers Project*” um subsídio de 94 dólares mensais – enquanto que como operário recebia no máximo 54 dólares. Esta revista, nascida como órgão de discussão teórica do movimento, converteu-se ao cabo de poucos números em uma das muitas revistas da esquerda americana que, com uma tiragem de 2.000 exemplares, alcançava somente a um número restrito de operários já politizados. A *International Council Correspondence* constituiu-se no órgão de idioma inglês dos conselhistas; assumiu mais tarde o título de *Living marxism* e finalmente, antes de cessar sua publicação em 1943, durante a guerra, o de *New Essays*, adquirindo mais decididamente o caráter de revista autônoma da tradição das teorias conselhistas holandesas, para converter-se, através da intervenção mais decidida e pessoal de Mattick e Korsch, em uma revista de análise das contradições e mudanças estruturais que o capitalismo vivia à escala mundial.

Com a Segunda Guerra Mundial, Mattick converteu-se em cidadão americano. Durante este período, nos Estados Unidos, os estrangeiros não tinham direito nem a um posto de trabalho seguro, nem ao seguro desemprego. Seu único direito era o de se tornar soldado no exército dos Estados Unidos. De 1940 a 1948, Mattick voltou a trabalhar em Chicago. Após uma breve estada na Alemanha, voltou a Nova York. Dada sua idade, não conseguiu encontrar trabalho e durante dois anos viveu novamente com o seguro desemprego. Em 1952, Mattick construiu uma pequena casa de madeira, na qual viveu durante sete anos. No fim dos anos 1950, sua mulher obteve um posto na

Universidade de Cambridge (Boston) e, desde então, Mattick viveu nesta cidade. Quando sua revista parou de ser publicada, Mattick continuou escrevendo para revistas científicas e nas distintas publicações e periódicos dos comunistas conselhistas. Colaborou no *Instituto de Investigação Social* de Horkheimer e Adorno, quando este teve que se mudar para os Estados Unidos, porém, com exceção feita a Grossmann, não teve muitos contatos com os representantes desta escola sociológica nem com outros grupos de imigrantes intelectuais alemães.

Nos anos de 1960, Mattick continuou publicando em revistas europeias. Era conhecido por muitos especialistas através de seus ensaios aparecidos na revista internacional de Lelio Basso e nos *Cahiers de Marxologie*, de Maximilien Rubel. Em 1968, com a redescoberta do conselhismo por parte do movimento estudantil alemão, foi apresentado à esquerda europeia como crítico de Marcuse – ao qual havia dedicado um longo ensaio crítico – e das teorias de Baran e Sweezy a respeito do capitalismo monopolista, muito difundidas então entre a esquerda anti-institucional e alguns setores do movimento operário tradicional.

Porém, foi somente após a publicação de seu livro *Marx e Keynes*, publicado primeiramente nos Estados Unidos e em seguida em mais de dez países, que Mattick converteu-se em um dos principais referenciais da discussão econômico-marxista dos anos 1970. A teoria dos limites objetivos da economia mista e da intervenção estatal na economia capitalista, a crítica das ideologias econômicas burguesas e das ilusões reformistas do movimento operário tradicional partem, em Mattick, da teoria do valor, porém não como dogma, mas sim como núcleo interpretativo das contradições do capitalismo moderno; como hipótese cuja verificação cotidiana não é somente tarefa da ciência, mas principalmente e sobretudo, da prática política.

Paul Mattick e o Futuro do Comunismo de Conselhos

Se se parte do padrão de medida burguês do “êxito”, o comunismo conselhistas pode ser considerado como uma das correntes mais fracassadas das muitas geradas pelas distintas tentativas de emancipação da classe operária desde finais do século passado até hoje. Porém, assim como Marx representa um elemento de lucidez na aurora do movimento da classe operária a organizar-se dentro dos limites da sociedade burguesa, e

do mesmo modo que Rosa Luxemburgo e outros teóricos da esquerda socialista constituem um testemunho de alternativa histórica formada no interior deste movimento atualmente institucionalizado, assim também o comunismo de conselhos, dentro dos limites de que já falamos, permanece como um dos poucos pontos de referência teórica para este processo de reconstrução crítica e de renovação prática que pode levar a classe operária a encontrar novamente sua autonomia e antagonismo contra a sociedade burguesa.

No interior do movimento conselhistas, Paul Mattick assumiu uma série de posições autônomas e frequentemente em contraste com os demais representantes de relevo desta corrente, fato que lhe permitiu elaborar hipóteses originais acerca das contradições do capitalismo maduro. Uma destas posições, que em nosso contexto não pode ser esquecida, é sua concepção do proletariado como classe revolucionária. Contrariamente à tradição de “esquerda”, que chega até as posições mais recentes do obreirismo, e que na Itália se expressa através do grupo *Quaderni Rossi*, para Mattick o proletariado não é em si mesmo e em essência a classe revolucionária investida da tarefa histórica de destruir a burguesia. Através de um longo processo de formação, contraditório e de forma alguma linear, a classe operária produzida pelo capitalismo e produtora deste sistema econômico-social tem, em determinados momentos históricos, a possibilidade de assumir um papel revolucionário. E daí a alternativa “socialismo ou barbárie”, ou seja, tomada de consciência revolucionária ou exploração, opressão e miséria, que determina o processo histórico, quer dizer, o processo de acumulação capitalista. Porém, este processo não é ilimitado.

Insera-se aqui um segundo elemento que caracteriza as posições teóricas de Mattick frente aos demais conselhistas. Ainda que o primeiro elemento o tenha livrado das desilusões e desencantamentos de muitos outros representantes da esquerda comunista, este segundo, que é inapropriadamente chamada de “economicismo” e “objetivismo” lhe permitiu não recair no reformismo consolador e na teorização do meramente factível.

Mattick, defendendo em 1934 posições de Grossmann, escreveu que, em seu livro dedicado à acumulação e a derrocada do capitalismo, Grossmann não sustenta –

como certos críticos lhe reprovam – que o capitalismo está destinado a ruir por motivos “puramente econômicos”. Apesar disto, isto não o impede, de um ponto de vista metódico, limitar sua análise das leis sobre a acumulação e pressupostos puramente econômicos, para definir deste modo, de um ponto de vista teórico, os limites do sistema.

“O conhecimento teórico do fato de que o capitalismo deverá destruir-se devido suas contradições, não implica sustentar que a verdadeira destruição será um processo automático, independente dos homens. Sem homens não existiria nem sequer economia”.

De um ponto de vista marxista, disse Mattick, não existe, portanto, nenhum problema “puramente econômico”, já que a dialética visa conceber os processos enquanto totalidade: muito provavelmente, acrescenta Mattick, fazendo analogia com Rosa Luxemburgo, as massas terão já *feito a revolução* antes que a queda do capitalismo, calculada economicamente através de numerosos processos de abstração, possa se encaixar na realidade.

Mattick, respondendo a uma crítica de Pannekoek a Grossmann, sustenta que ao haver constatado a existência de limites econômicos na luta salarial, significa simplesmente que também a luta por estes objetivos pode assumir um caráter revolucionário e político próprio, quando o capitalismo alcançou já certos limites. As lutas de classe, escreve Mattick, ainda no ensaio de 1934, dependem da situação material do proletariado e por este motivo terão sempre e necessariamente um caráter econômico. Somente ao princípio da fase que poderíamos chamar de colapso, ou seja, quando o capital só pode continuar existindo com base no empobrecimento crescente do proletariado, a luta econômica se transformará em luta política e as massas, consciente ou não desta situação, necessariamente se apresentará o questionamento do poder. Não se pode, pois, continua Mattick, opor a teoria econômica da derrocada do capital à revolução que nasce da vontade dos operários, já que ambas são idênticas. A ação revolucionária do proletariado não pode explicar-se por motivos distintos daqueles que nascem de suas necessidades materiais e vitais e estas se encontram ligadas à situação econômica da sociedade.

O nexos entre os limites do capitalismo e a revolução, entre o desenvolvimento objetivo e a intervenção subjetiva e, portanto, o significado político da “análise econômica abstrata”, são explicados por Mattick em termos que refletem fielmente a concepção formulada por Grossmann em uma carta de Mattick de 2 de outubro de 1934:

“Enquanto marxista dialético, sei obviamente que ambos os aspectos do processo, os elementos objetivos e os subjetivos se influenciam reciprocamente. Estes fatores se baseiam na luta de classes. (...) Porém, no interesse da análise, devo aplicar o procedimento da abstração, que consiste em isolar cada elemento para trazer à luz as funções essenciais de cada um deles. Lenin fala da situação revolucionária que objetivamente deve-se dar como pressuposto à intervenção ativa e vitoriosa do proletariado. Minha teoria da derrocada não exclui esta intervenção ativa, pelo contrário, objetiva demonstrar em que condições tal situação revolucionária, dada objetivamente, pode surgir e surge”.

Não é mera casualidade que a este nível sua análise coincida com a de Rosa Luxemburgo. Esta, na *Anticrítica*, depois de ter declarado que a catástrofe constitui um “elemento vital do capitalismo desde seu nascimento a seu ocaso”, escrevia:

“O esquema marxista da acumulação – interpretado com exatidão – é o prognóstico do fim inevitável do capitalismo (...). Realmente chegará este momento? Não esqueçamos que se trata de uma abstração puramente teórica, já que a acumulação de capital é um processo não só econômico, mas político”.

E, mais adiante: “Aqui, como em qualquer parte da história, a teoria rende plenamente seus serviços, mostra somente a tendência do desenvolvimento, o ponto final para o qual objetivamente este se dirige”.

Neste ponto, onde a teoria encontra sua legitimidade histórica, é onde podemos encontrar a continuidade do trabalho de Paul Mattick como ponto de referência crítico para uma reconstrução do marxismo, análise das contradições do capitalismo, consciência da necessidade de uma autonomia operária e retomada do projeto revolucionário. E em Rosa Luxemburgo, em Grossmann e Mattick, fora de toda consideração específica com relação aos méritos de suas teorias individuais sobre os limites objetivos do capitalismo, no qual se baseia o trabalho científico também “puramente econômico” – hoje mais do que nunca fundamental – que já em Marx pode parecer mera “crítica imanente” ou inclusive puro “objetivismo”:

“Fica aí demonstrado em termos puramente econômicos, ou seja, de um ponto de vista burguês dentro dos limites da produção capitalista

mesma, que esta última é limitada e relativa: que ela não constitui um modo de produção absoluto, mas simplesmente histórico, correspondendo a uma certa e limitada época do desenvolvimento das condições materiais de produção”.